

DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE JAGUARÉ, ES

Guidelines for the Strategic Planning of Jaguaré, ES

Roberta Rissari Chagas¹

Vinícius Galvão Ramos²

RESUMO: O artigo analisa as fragilidades urbanas de Jaguaré/ES e propõe diretrizes estratégicas para aprimorar seu desenvolvimento. Mesmo com potencial territorial e agrícola, o município enfrenta desafios ligados à infraestrutura, saneamento, mobilidade, habitação, uso do solo, áreas verdes e valorização cultural. A pesquisa reúne referencial teórico, análise documental, levantamento histórico e observações de campo, revelando a distância entre o Plano Diretor Municipal e sua aplicação. Os resultados apontam a necessidade de fortalecer a governança territorial, aprimorar instrumentos de gestão e ampliar a participação social. As diretrizes abrangem seis eixos que orientam um crescimento urbano mais organizado e melhoram a qualidade de vida local.

Palavras-chave: Planejamento urbano estratégico, Planejamento Urbano, Direito à Cidade, Jaguaré/ES, Diretrizes.

ABSTRACT: This article analyzes the urban vulnerabilities of Jaguaré/ES and proposes strategic guidelines to improve its development. Despite its territorial and agricultural potential, the municipality faces challenges related to infrastructure, sanitation, mobility, housing, land use, green areas, and cultural appreciation. The research combines theoretical frameworks, document analysis, historical surveys, and field observations, revealing the gap between the Municipal Master Plan and its implementation. The results point to the need to strengthen territorial governance, improve management tools, and expand social participation. The guidelines encompass six axes that guide more organized urban growth and improve the local quality of life.

Keywords: Strategic urban planning, Urban Planning, Right to the City, Jaguaré/ES, Guidelines.

1 INTRODUÇÃO

Após a Revolução Agrícola, caracterizada pela notável alteração da relação entre homem e natureza, surgiram as primeiras cidades (Pereira, 2009). Desses tempos mais remotos aos dias de hoje, e passando pelo avanço da tecnologia e da industrialização, a população migrou para os centros urbanos em busca de novas oportunidades e qualidade de vida.

¹ Centro Universitário Salesiano - UniSales. Vitória/ES, Brasil. roberta.chagas@souunisales.com.br

² Centro Universitário Salesiano - UniSales. Vitória/ES, Brasil. vinicius.ramos@souunisales.com.br

No Brasil, o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/01, aloca (art. 4º, I, II e III) o Planejamento Urbanístico como o primeiro grupo de instrumentos da Política Urbana. Afirma-se, desde logo, que o Plano Diretor (Plano Urbanístico Municipal Geral) por força de sua concepção Constitucional é o mais importante dos instrumentos de planejamento (Dallari; Ferraz, 2003). O Estatuto da Cidade definirá que toda e qualquer localidade que tenha a população inferior a cinquenta mil habitantes é considerada município de pequeno porte (Brasil, 2001).

Jaguaré, município localizado ao norte do Espírito Santo, se enquadra nessa categoria. O município tem grande chance de crescimento urbano e com expansão gradual em grandes atividades agrícolas. Embora a cidade seja expansiva em território e possua um Plano Diretor, este não acompanhou as transformações e demandas ao longo do tempo resultando em falta de infraestrutura, mobilidade urbana e escassez de áreas de lazer. O planejamento urbano tornou-se um elemento presente na dinâmica das cidades, independente do tamanho e funções exercidas por essas (Dias, 2016).

Simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, ainda, para alcançar melhores resultados. É, também, corrigir os excessos da expansão urbana e sua interferência direta no ambiente, cabendo a ordenação e o controle do uso do solo, que disciplinam a instalação e o desenvolvimento dos empreendimentos e atividades no espaço da cidade [...] (Granziera, 2009, p. 487).

O planejamento urbano é também uma forma de simular desdobramentos de processos com o objetivo de antecipar e prevenir problemas, além de promover resultados mais eficientes. Trata-se de um instrumento capaz de corrigir excessos da expansão urbana e minimizar impactos sobre o meio ambiente, por meio da ordenação e do controle do uso do solo, que disciplinam a instalação e o desenvolvimento de atividades no espaço urbano (Granziera, 2009).

Considerando esse contexto, surge a questão central desta pesquisa: como a ausência de um planejamento urbano estratégico em Jaguaré/ES interfere no crescimento da cidade e quais diretrizes podem ser utilizadas para sanar a falta de infraestrutura, melhorar a mobilidade urbana e promover maior qualidade de vida para a população?

Os centros urbanos, reconhecidos como motores do crescimento econômico (Lian; Gunawansa; Bhullar, 2010), precisam se desenvolver de forma planejada para evitar problemas estruturais que comprometam o bem-estar coletivo. Em Jaguaré, o crescimento populacional e urbano desordenado tem gerado desafios significativos, tais como deficiência de infraestrutura, dificuldades de mobilidade e escassez de áreas de lazer. Dessa forma, o planejamento urbano se apresenta como um processo essencial para requalificar áreas existentes ou criar novas urbanizações, alinhando expansão territorial, crescimento econômico, preservação ambiental e bem-estar social (Ghisleni, 2022).

Segundo Silva (2006), o planejamento envolve técnicas e instrumentos que visam alcançar propósitos pré-estabelecidos. Portanto, sua implementação é fundamental para corrigir falhas e direcionar o desenvolvimento de Jaguaré/ES de forma harmônica e sustentável. Esta pesquisa, assim, busca contribuir para a compreensão da importância do planejamento urbano em cidades de pequeno porte, enfatizando a aplicação de diretrizes que promovam crescimento ordenado, qualidade de vida e equilíbrio entre as dimensões sociais, ambientais e econômicas do território.

Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa é propor diretrizes para o desenvolvimento urbano e sustentável de Jaguaré/ES, considerando políticas públicas e instrumentos urbanos que favoreçam a qualidade de vida da população, resultando na elaboração de uma cartilha explicativa. Para alcançar este propósito, os objetivos específicos são:

- Pesquisar e analisar referências teóricas, normas técnicas e realizar levantamento bibliográfico e documental sobre planejamento urbano estratégico, com base em autores e legislação pertinentes.
- Levantar e analisar o histórico de crescimento urbano, identificando os principais problemas relacionados à mobilidade urbana, infraestrutura e mobiliário urbano, realizando visitas técnicas e observação in loco de espaços que impactam a qualidade de vida da população.
- Sistematizar e analisar todas as informações obtidas, cruzando os dados bibliográficos, documentais e primários para subsidiar a proposição de diretrizes de planejamento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Planejamento Urbano Estratégico

No início do século XX, o planejamento urbano no Brasil teve um breve começo que consolidou características que viriam a marcar sua trajetória histórica. As intervenções urbanas eram técnicas, com pouca preocupação social baseadas em modelos estrangeiros, que não condizem com a realidade brasileira. Sendo assim, os grandes projetos urbanos sofriam influência de interesses privados que participavam ativamente das decisões, promovendo ou contestando propostas que validavam seus próprios objetivos. Esses fatores: tecnicismo, influência externa e presença do capital privado, foram moldando um planejamento urbano pouco inclusivo e desconectados das necessidades reais da população (Ribeiro; Cardoso, 1996a; Pechman, 1996; Silva, 1981; Maricato, 2000; Motta, 2002; Vilaça, 1999).

O planejamento urbano-regional atual não mais comporta fórmulas pré fabricadas, nem pode admitir a utilização de teorias historicamente superadas. É na própria história contemporânea, história conjunta do mundo e dos lugares, que devemos nos inspirar tanto para entender os problemas, como para tentar resolvê-los (Santos, 1997, p.46).

No final dos anos 1980, o Brasil vivenciou o surgimento de mobilização social em torno do direito à cidade e a apropriação dos benefícios da urbanização, elaborado pela Constituição Federal de 1988. Esse momento representou um marco de esperança e transformação no planejamento urbano, indicando comprometimento e inclusão com as demandas sociais. Apesar disso, o que ocorreu foi a emergência de novos paradigmas, influenciadas pelas tendências do neoliberalismo que reduziram o papel do Estado e priorizaram o mercado. Segundo Ribeiro e Cardoso:

Mesmo com o crescimento da politização em relação à sua confecção, o governo brasileiro sofreu pressões externas das instituições financeiras globais para adotar políticas neoliberais baseadas no Consenso de Washington, como: privatização dos serviços de utilidade pública, desregulamentação das relações de trabalho, abertura comercial e redução do poder do Estado (Ribeiro; Cardoso, 1996, p.56).

Sendo assim o período marca uma dualidade importante, de conquistas democráticas convivendo com contradições e novos desafios para uma efetivação urbana justa e sustentável (Ribeiro e Cardoso, 1996).

A retomada das práticas tradicionais no planejamento urbano brasileiro, após a chamada modernização influenciada pela hegemonia liberal, revela um cenário híbrido e ambíguo, denominado de “novos modelos de planejamento”. Segundo Maricato:

Com a política populista enfraquecida e sem apoio ideológico do desenvolvimentismo, tendo no novo Planejamento Estratégico a resposta capitalista neoliberal, o novo ilusionismo positivista para enfrentar o desafio chama-se democracia. Capturada pela hegemonia ideológica do neoliberalismo, a democracia do século XXI oferece os limites legislativos e jurídicos burgueses como espaço de afirmação dos interesses dos trabalhadores, limites estes que, mais que nunca, colocam o Estado no centro das atenções, das estratégias e mesmo da mobilização das camadas populares (Maricato, 1996, pg 12).

Segundo Maricato (2000) há uma confusão ideológica que difere as reais inovações, misturando elementos antigos com tendências atuais, o que dificulta as identificações de avanços futuros. Isso torna fundamental uma análise profunda e qualificada de novas vertentes do planejamento urbano no país, a fim de compreender a real natureza, limites e possibilidades diante das realidades urbanas brasileiras.

Segundo Ferreira (2013), o planejamento estratégico de cidades, divulgado pela Escola Catalã, que têm tido maior influência na América Latina, e em especial no Brasil, se desenvolveu conceitual e metodologicamente, ao longo das duas últimas décadas do século XX.

Baseando-se nos princípios e fundamentos defendidos pela Escola Catalã, o planejamento estratégico de cidades pode ser entendido como:

[...] uma forma sistemática de manejar as mudanças e de criar o melhor futuro possível para uma cidade. Mais especificamente, o planejamento estratégico é um processo criativo que assenta suas bases em uma ação integrada a longo prazo, estabelece um sistema contínuo de tomada de decisões que

comporta riscos, identifica direções de ações específicas, fórmula indicadores sobre os resultados e envolve os agentes sociais e econômicos locais ao longo de todo o processo (Guell, 1997, p. 54).

Segundo Dias e Esteves (2017) a maior cidade do sul do Brasil, Curitiba, capital do Paraná, possui mais de 1,8 milhões de habitantes e é, sem dúvida, o exemplo nacional mais paradigmático de planejamento urbano e transformação territorial voltada para as pessoas. Com espaços públicos deteriorados, um tráfego problemático e o crescimento das favelas, de forma expansiva minavam a qualidade de vida urbana, a cidade vislumbrava a abertura de novas vias expressas a partir da demolição de edifícios históricos e da construção de viadutos que se conectaram com o centro da cidade.

O estudo de caso de Dias e Esteves (2017) destaca as implementações do arquiteto urbanista Jaime Lerner como estratégias inovadoras de planejamento urbano. Entre elas, destacam-se por sua criação do sistema de transporte coletivo, BRT, a expansão de áreas verdes e a transformação dos espaços públicos. Em 1972, a cidade inaugurou o primeiro calçadão do Brasil, priorizando os pedestres. Os novos parques foram notáveis por sua profusão de tratamentos arquitetônicos e paisagísticos. Vários deles foram instalados em áreas de antigas pedreiras desativadas, como estratégia para impedir a degradação e valorizar seu potencial ecológico e paisagístico (Rogers; Gumuchdjian, 2001).

As intervenções em mobilidade urbana e espaços públicos livres resultaram em uma alta qualidade de vida urbana e no surgimento de um sentimento de pertencimento e “orgulho da população”, que possibilita, ao curitibano, não só o desfrute e a autoexpressão, mas também o cuidado com seus espaços públicos, servindo de exemplo para o restante do País (Dias; Esteves, 2017). Entretanto, ainda nos dias atuais ainda se consiste em um grande fluxo de veículos, Curitiba tem alcançados resultados elevados como referência mundial em sustentabilidade, mobilidade e espaços públicos. Tendo em consideração sua posição, como uma das metrópoles com mais qualidade de vida do País e líder entre as cidades sustentáveis, ainda assim as iniciativas realizaram um desenho inteligente trazendo um baixo custo e novas oportunidades pelo contexto e paisagem da cidade.

Dias e Esteves (2014) trazem um estudo sobre a cidade de Medellín, Colômbia, que por muito tempo travou uma batalha contra as drogas, que foi marcada por uma onda de violência e desigualdade social que refletia na precariedade dos espaços públicos. E foi a partir desses acontecimentos que se criou condições de um planejamento estratégico, apagando a cisão entre a cidade reticulada no vale e nos assentamentos nos morros da cidade.

A proposta consistia em apagar a separação entre a cidade formal e os assentamentos informais dos morros, por meio de obras públicas integradas com políticas sociais, que visavam não apenas melhorar a mobilidade, mas transformar a relação entre as pessoas e a cidade (Dias; Esteves, 2014, p. 89).

E em menos de uma década, Medellín pode se tornar referência de transformação urbana, baseada em uma urbanização social e inclusiva. Além disso, se baseando na articulação com as forças políticas e sociais, promovendo ações integradas, essas que se conectam fisicamente e socialmente em diferentes partes da cidade.

Concluindo que as estratégias foram voltadas à acessibilidade e a mobilidade integrada, que trouxeram implantação de um sistema intermodal adaptado à geografia da cidade, sendo esta: o metrô (elevado e de superfície); metrocale (teleférico), metroplus (BRT), micro ônibus, ciclovias, pontes e passarelas, escadas rolantes e uma futura implantação de VLT (veículo leve sobre trilhos). Dias e Esteves (2017) trazem outras estratégias que foram implantadas como sistema pré-pago que garantiu o acesso universal aos serviços básicos. Destaca-se também a criação da Empresa de Desenvolvimento Urbano (EDU), com autonomia burocrática e atuação de equipes multidisciplinares em diversas áreas da cidade, foi desenvolvido o Projeto Urbano Integral (PUI), instrumento de intervenção que integra dimensões físicas, sociais e institucionais.

Portanto as cidades consistem num conjunto de realidades complexas que constituem o palco de dinâmicas sociais e econômicas que acontecem em certo espaço físico a partir de um estágio de implantação das infraestruturas urbanas, interagindo com o meio ambiente natural.

Segundo Clark (2013):

O planejamento estratégico urbano de longo prazo oferece uma estrutura sistemática para orientar o crescimento e a mudança urbana. Ele promove uma visão compartilhada entre diferentes setores da sociedade, articulando objetivos sociais, econômicos e ambientais por meio de uma abordagem integrada. Além disso, cria mecanismos para a avaliação contínua e flexível das estratégias aplicadas, promovendo a adaptação às transformações e imprevistos, fundamentais para a resiliência das cidades (Clark, 2013, p. 17).

O planejamento estratégico, portanto, tem se revelado um instrumento poderoso para que as cidades, em nível global, enfrentam de forma integrada seus desafios contemporâneos, sejam eles de ordem social, econômica ou ambiental. Porém Maricato (2000) irá criticar esse modelo de planejamento urbano como contraditório ao ser aplicado em contextos desiguais, ou seja, apesar das inovações conceituais e metodológicas, este modelo de planejamento não se adapta às realidades locais. Sendo reafirmado posteriormente por Cardoso (2016) em sua crítica sobre o projeto de planejamento urbano estratégico em Belém/PA, que diz que a proposta promovia uma requalificação baseada na modernidade sem adequação a cidade, as características sociais e estruturais já existentes não levando em conta a participação da população.

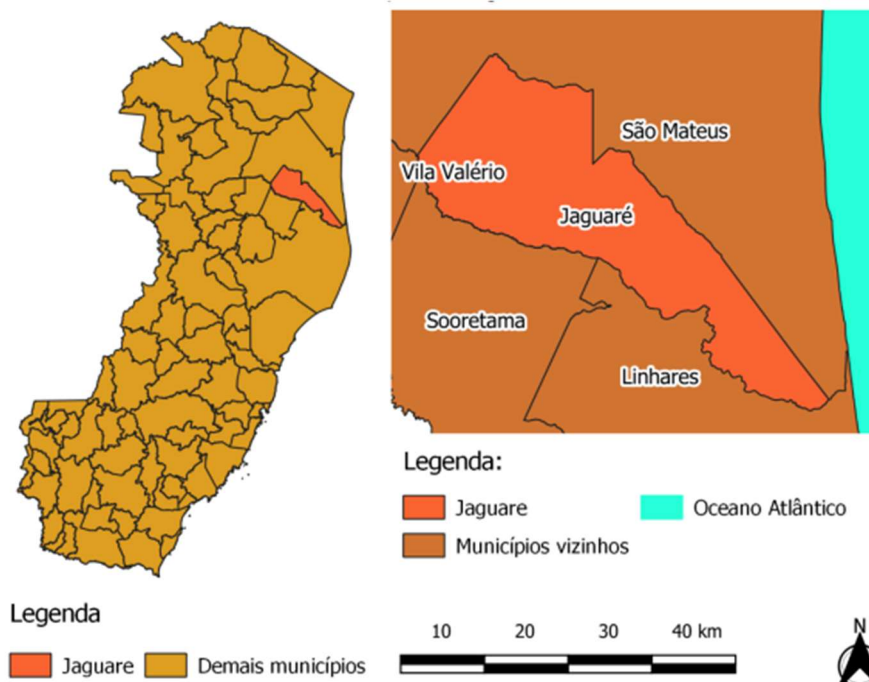
2.2 O MUNICÍPIO

De acordo com informações da Prefeitura de Jaguaré (2025), até o início do século XX, a região norte do Espírito Santo era ocupada pelos povos originários aimorés. Com o avanço da colonização e a subsequente dizimação desses povos, iniciou-se um processo de invasão do território por agricultores de Jaciguá (distrito do município de Vargem Alta, no estado do Espírito Santo), que se estabeleceram na Ponte do Rio Barra Seca em junho de 1946. A povoação recebeu a denominação de Lagoa de Jaguaré, em referência ao capim “jaguaré”, espécie nativa que se desenvolvia em larga escala na área, entretanto, durou pouco tempo, consolidando-se para Jaguaré. Em 1981, o distrito teve a sua emancipação político-administrativa, se desvinculando do município de São Mateus, se tornando um município autônomo.

O município de Jaguaré está localizado na região norte do estado do Espírito Santo (Figura 1), tendo em seu entorno os municípios de Sooretama, Linhares, São Mateus e Vila Valério. De acordo com o último censo do IBGE (2022), possui uma população de 28.931 habitantes e estima-se que no ano de 2025 terá a elevação dessa população para 31.551, tendo 43,85 habitantes por quilômetro quadrado.

A área da unidade territorial de Jaguaré é de 659,751 km², conforme o último censo do IBGE (2022). No entanto, sua área urbanizada corresponde a apenas 5,85 km², caracterizada não apenas pela presença, mas pela concentração e adensamento de construções, elementos que definem o perímetro urbano. Já na área rural, embora também haja edificações, estas se encontram mais espaçadas e isoladas, refletindo um uso do solo menos intensivo.

Figura 1 - Mapa do município



Fonte: Silva, Kayo Bazoni da (2022)

Segundo informações constantes no Instituto Jones dos Santos Neves (2020), o município tem 03 distritos e 27 principais comunidades:

- Distrito Jaguaré (Sede): É a sede distrital das seguintes comunidades: Abóbora, Bom Jesus, Córrego Caximbau, Gorete, Japira, Jirau, Jundiá, São Brás, São Paulo e São Roque.
- Distrito Barra Seca: É a sede distrital das seguintes comunidades: Água Limpa, Córrego Menezes, Lagoa do Macuco, Palmitinho, Palmito, São Domingos, São João do Estivado, Suruaca e Zanelato.
- Distrito Nossa Senhora de Fátima: É a sede distrital das seguintes comunidades: Barra Seca Velha, Barroquinha, Fátima, São João Bosco e Vargem Grande.

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Jaguaré ocupa, em relação ao Brasil, o 2481º lugar (0,678) no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2010). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição (INCAPER,2023).

Analisando a população residente no meio rural, em Jaguaré existe um percentual de 48,60 % de mulheres rurais, sendo a população feminina de 4687 e a masculina de 4958. A predominância é de pessoas dentro da faixa etária de 30 a 59 anos. Os jovens de 15 a 29 anos representam 28,63 % da população rural. Já as crianças, na faixa etária de 0 a 14 anos, compreendem 27,05 % da população, e, por fim, a população idosa é de 786 habitantes, representando 8,15 % da população rural (IBGE, 2010).

2.2.1 Plano Diretor Municipal de Jaguaré/ES

Para que os espaços livres ocorram de forma adequada, é imprescindível uma integração entre as estratégias sugeridas e a legislação urbanística vigente no local. No caso do município de Jaguaré, o principal documento de referência é o Plano Diretor Municipal (PDM). Segundo Brasil (1988), a legislação é definida como sendo “[...] o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”.

O Plano Diretor de Jaguaré vigente é de 2024. Dentre as disposições gerais, ressalta-se que a garantia do direito à cidade, assegura aos cidadãos:

“[...] a participação no processo de tomada de decisões referentes à ordenação do espaço e a sua apropriação, garantindo-lhes o acesso à terra, à moradia e aos serviços urbanos, de forma a fazer com que cada indivíduo se sinta integrado à cidade” (JAGUARÉ, 2024, p. 1).

O documento diz que a função pública do urbanismo, assim como a função social do imóvel urbano, são requisitos fundamentais para o cumprimento da lei. Para concretizar o direito à cidade, o plano estabelece objetivos como a democratização do acesso à infraestrutura, o incentivo ao desenvolvimento sustentável, a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente natural (JAGUARÉ, 2024).

O Art. 5 diz que o Plano Diretor é a principal ferramenta a ser utilizada para a Política de Desenvolvimento Territorial Sustentável de Jaguaré, o que se orienta a atuação do

Poder Público e da iniciativa privada para atender as políticas pactuadas durante o processo de elaboração.

Na seção §1º a política definida no Plano Diretor é resultado da etapa de elaboração de proposta, construída por meio de reuniões temáticas com representantes dos Poderes Públicos e consultas públicas realizadas nas áreas urbanas e rurais.

Na seção §2º define um prognóstico que tem como objetivo transformar a realidade identificada na fase de diagnóstico trazendo junto à sociedade, a partir síntese de diferentes leituras, reuniões temáticas e consultas públicas envolvendo questões físico-territoriais, econômicas, sociais, ambientais, administrativa e jurídicas ou normativas de Jaguaré.

Art. 6º Esta Lei que institui o Plano Diretor atende, em especial, ao disposto pela Lei Federal nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, e estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

O Art. 7 define que o Plano Diretor se aplica em toda a extensão territorial de Jaguaré/ES, respeitantes às especificidades de cada uma das áreas.

Art. 9º Complementam o processo de planejamento e gestão territorial, os seguintes instrumentos:

I - Legislações específicas que regulamentam os instrumentos de gestão territorial municipal;

II - Planos, programas e projetos setoriais;

III - Produtos de diagnóstico e prognóstico elaborados durante o processo de revisão do Plano Diretor.

O capítulo 5, institui políticas municipais de esporte, estabelecendo e destinando equipamentos públicos de lazer para cada bairro, contando com jardins arborizados, quadra poliesportiva, área de recreação para crianças e praça adaptadas para idosos (JAGUARÉ, 2024).

No capítulo 6, são estabelecidas diretrizes municipais de assistência social, destacando-se a adoção de medidas de amparo às famílias carentes, promovendo programas de reabilitação e reintegração social, e a integração com projetos de instituições religiosas e entidades filantrópicas. Além disso, o plano estabelece oficinas de trabalhos manuais, como culinária, fruticultura e jardinagem, incentivando assim o cooperativismo voltado para a melhoria de qualidade de vida da população carente (JAGUARÉ, 2024).

Já no capítulo 7, destaca que a preservação ao patrimônio público e ao meio ambientes, e a proibição de permanência em lotes vagos sem cercamento e manutenção, o capítulo ainda institui a implantação de programas de liberdade assistida e trabalhos voluntários, programas de preservação do ambiente para evitar crimes ambientais (JAGUARÉ, 2024).

O que se diz a respeito da infraestrutura urbana e saneamento do município, o capítulo 8 define a solução de menor impacto ambiental, porém de eficácia satisfatória, irá classificar a arborização de toda área urbana do município, utilizando elementos paisagísticos nas comunidades e criação de parques. O plano também estabelece a elaboração de planos de drenagens para cada bacia, assim como possíveis adequações de infraestrutura (JAGUARÉ, 2024).

O capítulo 11 do documento trata da política municipal de meio ambiente e apresenta, em suas disposições gerais, princípios fundamentais como o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, o incentivo ao desenvolvimento sustentável, o gerenciamento adequado dos recursos naturais e a promoção de ações voltadas à proteção ambiental. Além disso, o capítulo recomenda a preservação de ecossistemas relevantes para o município, inclusive aqueles localizados em propriedades privadas (JAGUARÉ, 2024).

A seção 2 do capítulo 2 define as classificações de uso no município e estabelece os parâmetros para a ocupação das faixas não edificantes pelo Poder Público. O documento determina que os primeiros quinze metros a partir das margens dos cursos d'água sejam destinados exclusivamente à sua conservação e manutenção, enquanto os quinze metros subsequentes podem ser utilizados para a implantação de programas de interesse social (JAGUARÉ, 2024).

Na seção 7, o Plano Diretor institui as áreas de proteção ambiental do município, englobando nascentes, florestas, bacias de drenagem e áreas verdes públicas, que devem manter uma taxa mínima de permeabilidade de 95%. A seção 8, por sua vez, define a Zona Rural como a área destinada prioritariamente às atividades agrárias, permitindo a realização de outras atividades, desde que compatíveis com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento das atividades agrícolas (JAGUARÉ, 2024).

Dessa forma, o Plano Diretor de Jaguaré constitui-se como instrumento fundamental para orientar o crescimento urbano sustentável, a preservação ambiental e a promoção do bem-estar da população, integrando planejamento, participação social e gestão territorial.

2.2.2 Diretrizes do Plano Diretor Municipal

O diagnóstico será para levantar e analisar o histórico de crescimento urbano, identificando os principais problemas relacionados às áreas de uso e ocupação do solo, a infraestrutura urbana, a habitação e qualidade de vida, os espaços públicos e áreas verdes, a economia local, o patrimônio cultural e memória urbana e a sustentabilidade ambiental permite identificar problemas, potencialidades e oportunidades, oferecendo subsídios para a elaboração de estratégias.

O uso e a ocupação do solo de Jaguaré/ES são regulamentados pela Lei nº1.744/2024 que estabelece o Plano Diretor Municipal, sendo assim ele define o perímetro urbano, estabelece o zoneamento e os índices urbanísticos, indica limites de expansão urbana

e as áreas de proteção ambiental. Além de designar diferentes zonas de uso como: residencial, comercial, industrial e de preservação, buscando equilibrar o crescimento da cidade e a conservação de seus recursos naturais. Essa regulamentação é fundamental para evitar ocupações irregulares, direcionar investimentos em infraestrutura e garantir que o crescimento urbano ocorra de forma ordenada e compatível com a capacidade de suporte do território (JAGUARÉ, 2024).

Entretanto, a configuração territorial do município evidencia vastas áreas destinadas à agricultura, com predominância do cultivo de café, o que induz à concentração populacional na área central da cidade. Essa dinâmica de uso e ocupação do solo fortalece a centralidade urbana e impulsiona a expansão do setor comercial, acompanhando o processo de adensamento e a crescente demanda por serviços e infraestrutura, fazendo com que as áreas residenciais cresçam no entorno do comércio local e consolidem o núcleo urbano.

A infraestrutura urbana de Jaguaré/ES tem apresentado avanços, embora enfrente desafios significativos, especialmente em relação ao saneamento básico. Conforme o Demonstrativo Atualizado da Evolução e Execução das Ações do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, apenas 16,36 % das ações previstas para o sistema de esgotamento foram cumpridas até aquela data. O eixo de abastecimento de água atingiu 40 % de execução, enquanto drenagem pluvial e educação ambiental relacionada aos resíduos sólidos chegaram, respectivamente, a 18,75 % e 16,34 % (JAGUARÉ, 2022).

Com base no diagnóstico técnico do Plano Municipal de Saneamento Básico (2017), revela que a rede de abastecimento de água cobre grande parte do perímetro urbano, porém, algumas localidades ainda precisam de soluções. No que se diz a respeito do esgotamento sanitário, é restrito ao perímetro da sede municipal, com o tratamento parcial o que impacta na qualidade ambiental e da saúde pública do município

Os resíduos sólidos são recolhidos diariamente por coleta regular, o município ainda enfrenta desafios na ampliação da coleta seletiva e na destinação adequada desses resíduos. Diante destas informações evidenciam a necessidade de priorização de investimento do saneamento, que é a etapa fundamental de priorização de condições de vida da população e para o cumprimento das metas do Marco Legal do Saneamento.

O Plano Diretor designa que as políticas habitacionais priorizam programas de interesse social, regularização fundiária e integração entre uso do solo, mobilidade e serviços essenciais. Dito isso, as condições de habitação e qualidade de vida em Jaguaré/ES tem ligação direta à infraestrutura básica e à renda da população.

Segundo dados do IBGE (2010), o município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,678, considerado médio, com destaque para o elevado índice de escolarização das crianças de 6 a 14 anos, que se aproxima da universalização.

Entretanto na cidade ainda existe déficit habitacional, no que se refere à adequação das moradias e ao acesso ao saneamento. Segundo os relatórios estaduais do Instituto Jones Santos Neves indicam que a grande parte da demanda habitacional do norte capixaba tem a necessidade de melhora da qualidade das unidades habitacionais existentes, e não na adição de novas moradias. Apesar disso, o município tem registrado crescimento no emprego formal, o que contribui para o aumento da renda e melhoria das condições de habitação e bem-estar.

Jaguaré conta com um conjunto de praças e espaços de convivência que compõem a rede de espaços públicos de lazer. De acordo com o Inventário Municipal de Oferta Turística, essas praças estão distribuídas pelos principais bairros, com infraestrutura que inclui iluminação, mobiliário urbano e áreas de circulação. Contudo, observa-se a necessidade de ampliar e qualificar esses espaços, garantindo maior acessibilidade e diversidade de usos. Além das praças, o município possui fragmentos remanescentes de Mata Atlântica, que configuram áreas de potencial para criação de parques urbanos ou áreas de preservação permanente com função de lazer e educação ambiental.

Nos últimos anos, a administração municipal tem investido na recuperação de áreas de lazer e implantação de novos equipamentos, buscando atender à demanda por espaços de convivência coletiva. Essas iniciativas contribuem não apenas para a oferta de lazer, mas também para a valorização paisagística e para o fortalecimento da identidade local, promovendo bem-estar e integração social.

A principal atividade econômica é a agropecuária, com enfoque para a produção agrícola. Dentre as atividades agrícolas, o Município se destaca no cultivo do café Conilon, com uma área aproximada de 22.000 ha, sendo que 20.000 ha estão em produção e mais de 85% das áreas cultivadas são irrigadas (INCAPER, 2013a).

Diante disso o percentual de propriedade rurais que utiliza as atividades de irrigação de café para a produção de café.

Segundo o INCAPER (2013) essa atividade de produção média gira em torno de 35 a 40 sacas/beneficiadas/ha, em média, 574.487 sacas de café beneficiadas nos anos anteriores a 2013, cerca de 8% (oito por cento) de produção estadual. A grande produção coloca o Município como o maior produtor de café Conilon do estado do Espírito Santo, do Brasil e, conseqüentemente, do mundo (INCAPER, 2013a).

A produção de café, com destaque para o Conilon, é a principal atividade econômica do Município, sendo responsável por mais de 80% da renda bruta anual dos agricultores (INCAPER, 2013a).

Entretanto, apesar desses dados demonstrarem que a principal atividade econômica é o café, houve um deslocamento da população rural para a área urbana, tendo em vista que uma parte da população depende do trabalho e da produção da área rural (INCAPER, 2013).

O município tem um patrimônio cultural que reflete na sua história indígena e na influência migratória italiana, presente na arquitetura, em festas típicas, manifestações religiosas e práticas folclóricas.

Segundo o Portal Descubra o Espírito Santo, há registros da existência de tribos indígenas nômades no final do século XVIII e início do século XIX e descendentes de imigrantes italianos na década de 40. Fazem parte do folclore religioso católico, a Folia de Reis, das comunidades de Água Limpa, de Jiral e de São João Bosco, e a Dança do Café, típica de descendentes de imigrantes que cultivam o café.

Entretanto, para atender essas organizações em janeiro de 2023, foi criada a Associação de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial e Material de Jaguaré, o APAIMJA, que foi uma iniciativa da Secretaria Municipal de Turismo, com o objetivo de registrar, organizar e valorizar o patrimônio cultural, garantindo a visibilidade e preservação dos artesanatos, festa, religiosidade e demais culturas do município.

Além disso, Jaguaré integra o Calendário de Eventos da Cultura Italiana no Estado do Espírito Santo, que traz o reconhecimento estadual na prática da cultura, como música, dança, gastronomia típica e as celebrações religiosas, fortalecendo a identidade local e a memória histórica.

Dito isso, é fundamental que os elementos e memórias culturais prevaleçam para preservar a cultura do município e fundamentar políticas públicas de cultura e turismo.

No que se diz respeito à Sustentabilidade Ambiental, o município tem adotado ações e iniciativas comunitárias, em 2022 Jaguaré aderiu ao Programa Estadual de Sustentabilidade Ambiental e Apoio aos Municípios (Proesam), da SEAMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos).

“O Proesam é um programa implantado por ciclos, de adesão voluntária, ao qual o município de Jaguaré solicitou adesão. Nós nos comprometemos a buscar, de forma constante, a execução de um conjunto de metas estabelecidas. Jaguaré possui recursos naturais valiosíssimos e nós precisamos trabalhar no sentido de, primeiro, continuar a usar esses recursos de forma racional – como tem sido feito pela Administração Municipal e, em segundo lugar, trabalhar a consciência de preservação através de políticas eficientes de educação ambiental”, ressaltou o secretário municipal de Meio Ambiente, Ezídio Basso.

Há ainda iniciativas escolares e comunitárias que envolvem educação ambiental direta, como o projeto da Escola Comunitária Rural Japira, finalista do Prêmio Biguá de Sustentabilidade. Esse projeto desenvolve ações agroecológicas (horta, jardinagem, reflorestamento de encosta, plantio de ipês, uso de sabão artesanal etc.), envolvendo estudantes, agricultores e a comunidade local. Essas práticas reforçam a conscientização ambiental e a participação cidadã.

Outro programa relevante é o “Barragem Legal”, instituído pela Lei nº 1059/2013, que regulariza barragens de armazenamento de água para irrigação, assegurando licenciamento ambiental, recuperação de vegetação atingida e uso responsável dos

recursos hídricos. Esse programa evidencia a preocupação com assegurar o desenvolvimento econômico no campo aliado ao respeito ambiental.

Por fim, Jaguaré promove campanhas públicas de sensibilização, como a Semana da Árvore. Nessas campanhas são organizadas palestras, doações de mudas e ações de educação ambiental com o público jovem e comunitário, com o objetivo de reforçar a preservação de árvores urbanas e incentivar hábitos sustentáveis.

O Plano Diretor de Jaguaré estabelece diretrizes abrangentes e coerentes com o desenvolvimento sustentável, articulando eixos ambientais, sociais e econômicos. Contudo, a transparência e a efetividade do processo de elaboração são questionáveis, dado que não está claro o grau de participação popular, um aspecto essencial para a legitimidade e a eficácia das políticas urbanas.

Embora o Plano define metas e instrumentos relevantes, é importante analisar se suas diretrizes têm sido aplicadas de forma estratégica e se, na prática, atendem às reais demandas da população. Essa reflexão será aprofundada por meio da análise de registros fotográficos e observações de campo. Tais fontes permitirão identificar os desafios persistentes na gestão urbana de Jaguaré e apontar os aspectos que precisam ser aprimorados para que o planejamento municipal se torne, de fato, estratégico, participativo e sustentável.

3 DIAGNÓSTICO

O município de Jaguaré apresenta um conjunto de fragilidades estruturais que se manifestam em diferentes dimensões urbanas. Esse diagnóstico foi reforçado pelas visitas de campo realizadas, observações in loco, materiais de jornais e registros fotográficos, que foram apresentadas no centro urbano da cidade, bairros em expansão, principais vias de acesso, áreas de lazer, equipamentos públicos, setores ambientalmente relevantes e espaços relacionados ao patrimônio cultural. No centro, registraram-se condições de calçadas (Figura 2), acessibilidade, infraestrutura e dinâmica comercial, já nos bairros periféricos, observaram-se lacunas de infraestrutura básica e ocupações dispersas. As áreas de lazer foram avaliadas quanto à manutenção, arborização e oferta de mobiliário; equipamentos públicos, quanto à acessibilidade e à relação com o entorno; e áreas naturais e margens de rios, quanto aos impactos ambientais. O núcleo histórico também foi registrado para analisar o estado de conservação e o potencial de valorização patrimonial.

Figura 3 - Calçadas do bairro Centro, Jaguaré/ES



Fonte: Chagas, Roberta Rissari (2025)

No campo da infraestrutura, persistem problemas recorrentes de inundações e alagamentos durante os períodos chuvosos (Figura 3), reflexo da insuficiência crônica do sistema de drenagem pluvial. As chuvas intensas expõem a ausência de obras estruturantes de macrodrenagem e a urgência de um plano diretor de drenagem atualizado e efetivo. Nas áreas rurais, a precariedade das estradas vicinais compromete o transporte e o escoamento da produção agrícola (DER-ES, 2024), acentuando as desigualdades e limitando a integração urbana-rural.

Figura 3 - Alagamentos e enchentes no município.



Fonte: AGAZETA (2025)

A mobilidade também se encontra vulnerável. A elaboração tardia do Plano de Mobilidade Urbana evidencia a demora na adoção de um planejamento consistente. A carência de calçadas acessíveis, a inexistência de ciclovias integradas e a ineficiência do transporte público resultam em baixa conectividade entre bairros e distritos, reforçando a dependência de veículos individuais e criando pontos de congestionamento e impactos ambientais.

No ordenamento territorial, Jaguaré carece de um sistema consolidado e plenamente aplicável. Embora exista legislação voltada à arborização e às áreas verdes, sua efetividade é limitada pela falta de regulamentação e fiscalização. O não cumprimento integral do Plano Diretor Municipal favorece a expansão urbana desordenada, a ocupação irregular, a permanência de vazios urbanos (Figura 4) e o agravamento da degradação ambiental. Soma-se a isso um déficit habitacional expressivo, associado ao crescimento populacional e à carência de infraestrutura básica em áreas periféricas, especialmente no que se refere a saneamento e energia.

Figura 4 - Bairro Eldorado, Jaguaré/ES



Fonte: Chagas, Roberta Rissari (2025)

Na dimensão ambiental, os desafios são igualmente relevantes. As Estações de Tratamento de Esgoto não operam em capacidade plena, indicando o lançamento de efluentes inadequadamente tratados nos cursos d'água. A arborização urbana é limitada e as áreas verdes sofrem redução progressiva. Há ainda uma carência significativa de praças, parques e espaços de lazer bem equipados e distribuídos (Figura 5). O município conta apenas com três espaços públicos principais (Figura 6), cuja localização e características reforçam desigualdades socioespaciais e limitam o acesso a ambientes de convivência.

Figura 5 - Praças e centros Esportivos do município.

como objetivo registrar, organizar e valorizar o patrimônio cultural, garantindo a visibilidade e preservação dos artesanatos, festa, religiosidade e demais culturas do município. A falta de um inventário atualizado e a pouca integração entre as políticas culturais e o planejamento urbano impedem que o patrimônio seja reconhecido como um elemento de fortalecimento social e potencial turístico.

A consolidação de um modelo de desenvolvimento urbano dependerá do fortalecimento da governança local, da ampliação da participação comunitária e da adoção de instrumentos de gestão que complementam o PDM, tornando-o efetivamente estratégico. O foco deste trabalho é, portanto, propor diretrizes que preencham a lacuna entre a intenção legal e o resultado prático, orientando o crescimento urbano de forma equilibrada, comprometida com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos jaguarenses. Por fim, o núcleo histórico foi registrado visando compreender o estado de conservação e o potencial de valorização patrimonial. Esses registros fotográficos e observacionais constituem a base empírica que fundamenta o diagnóstico urbano desta pesquisa.

4 DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE JAGUARÉ

Com base neste diagnóstico foi evidenciado na pesquisa fragilidades críticas no município de Jaguaré/ES, notável por sua carência de infraestrutura básica e saneamento, expansão urbana desordenada, deficiências de mobilidade e acessibilidade, déficit habitacional e a limitação a valorização cultural, diante disso propõe-se a implementação de um Planejamento Urbano Estratégico.

O objetivo do instrumento é articular e alinhar ações públicas, privadas e comunitárias visando a reorganização da cidade, trazendo qualidade de vida para a população.

O plano foi direcionado pelos seguintes princípios fundamentais: sustentabilidade urbana, infraestrutura e gestão integrada do território.

As diretrizes estratégicas que orientam esta proposta estão estruturadas nos seguintes eixos de atuação prioritária:

- Eixo I: Infraestrutura e Saneamento Ambiental
- Eixo II: Uso e Ocupação do Solo e Ordenamento Territorial
- Eixo III: Mobilidade Urbana e Acessibilidade
- Eixo IV: Habitação e Qualidade de Vida
- Eixo V: Espaços Públicos, Lazer e Sustentabilidade Ambiental
- Eixo VI: Patrimônio Cultural e Identidade Urbana

4.1 Eixos e propostas estratégicas

4.1.1 Eixo I: Infraestrutura e Saneamento Ambiental

Diagnóstico	A cidade enfrenta problemas graves de drenagem pluvial e deficiência no tratamento de esgoto, culminando em pontos de alagamentos trazendo riscos à saúde pública e ao meio ambiente.
-------------	---

Propostas	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e implementação do Plano Municipal de Drenagem Urbana (PMDU): incluindo mapeamento detalhado de pontos críticos, dimensionamento de obras de micro e macrodrenagem e a criação de áreas de infiltração (Sistema de Frenagem Sustentável - Suds). • Universalização do Saneamento: garantir a operação integral e a ampliação da capacidade das Estações de Tratamento de Esgoto. • Pavimentação Sustentável: priorizar projetos de pavimentação que incorporem sistemas de drenagem adequados, buscando reduzir o escoamento superficial e mitigar impactos das chuvas.
-----------	--

4.1.2 Eixo II: Uso e Ocupação do Solo e Ordenamento Territorial

Diagnóstico	A ausência de regulamentação clara e fiscalização efetiva tem provocado a expansão urbana desordenada, o surgimento de ocupações irregulares e a falta de infraestrutura em novas áreas.
Propostas	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão do Plano Diretor Municipal: Estabelecer zoneamentos urbanos e rurais claros, definir os limites da pares de expansão urbana e garantir a proteção de áreas de preservação ambiental e agrícolas. • Implantação do cadastro Territorial Multifinalitário: ferramenta essencial para o mapeamento preciso de lotes e imóveis, identificação de áreas de risco, auxílio à regularização fundiária e aprimoramento da base tributária municipal.

4.1.3 Eixo III: Mobilidade Urbana e Acessibilidade

Diagnóstico	A infraestrutura viária inadequada e a priorização do modal rodoviário limitam o deslocamento seguro da população aos serviços e atividades essenciais.
Propostas	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e execução do Plano Municipal de Mobilidade Urbana: Instrumento legal que deve priorizar o modo não motorizado (pedestre e ciclistas) e o transporte público coletivo. • Infraestrutura para Modo Ativos: implantação de uma rede de ciclovias e ciclofaixas, requalificação e padronização de calçadas acessíveis e instalação de travessias seguras. • Requalificação Viária: melhoria dos corredores viários que conectam o centro aos bairros adjacentes, otimizando o fluxo e a segurança.

4.1.4 Eixo IV: Habitação e Qualidade de Vida

Diagnóstico	A persistência de déficit habitacional e a alta incidência de moradias precárias refletem graves desigualdades socioespaciais.
Propostas	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Municipal de Habitação de Interesse Social: Focado na regularização fundiária e na melhoria das habitações existentes, com prioridade para famílias de baixa renda e aquelas residentes em áreas de risco geotécnico. • Bairros Completos: Promover a integração da política habitacional com a expansão da infraestrutura e dos serviços públicos (saúde, educação, transporte, lazer) para garantir o pleno desenvolvimento dos novos conjuntos habitacionais.

4.1.5 Eixo V: Espaços Públicos, Lazer e Sustentabilidade Ambiental

Diagnóstico	A escassez e a degradação dos espaços públicos e áreas verdes comprometem o potencial de lazer da comunidade, a sociabilidade e o equilíbrio do microclima urbano.
Propostas	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Rede Municipal de Espaços Públicos e Áreas Verdes: Foco na revitalização de praças existentes, implantação de parques lineares em margens de corpos d'água e arborização urbana em vias e calçadas. • Programa de Gestão Compartilhada: Instituir o Programa de Adoção de Áreas Verdes por escolas, empresas e a comunidade, fomentando a manutenção e o senso de pertencimento.

4.1.6 Eixo VI: Patrimônio Cultural e Identidade Urbana

Diagnóstico	O patrimônio histórico e cultural de Jaguaré, em suas dimensões material e imaterial, é pouco conhecido, explorado e valorizado como ativo de desenvolvimento.
Propostas	<ul style="list-style-type: none"> • Inventário Municipal do Patrimônio: Mapeamento sistemático e catalogação de bens materiais (edificações, paisagens) e imateriais (eventos, saberes e tradições locais). • Rotas e Requalificação Cultural: Requalificar praças e edifícios de valor histórico e criar Rotas Culturais e Turísticas que fortaleçam o turismo de base comunitária e a memória coletiva.

4.1.7 Cronograma de Implementação

A partir desta análise, o plano estabelece diretrizes, metas e ações estratégicas de caráter intersetorial e sustentável, com o propósito de reverter as fragilidades, potencializar os recursos locais, promover a equidade territorial e elevar o índice de qualidade de vida urbana para todos os cidadãos de Jaguaré.

Eixo Estratégico	Problema Identificado	Ações / Projetos Prioritários	Prazo	Responsáveis
Infraestrutura e Saneamento	Drenagem insuficiente; ETEs inativas; alagamentos frequentes	Plano Municipal de Drenagem; Operação das ETEs; Pavimentação com drenagem integrada	Médio e longo prazo (6-10 anos)	Secretaria de Obras, SAAE, Governo Estadual
Uso e Ocupação do Solo	Falta de regulamentação e controle; ocupações irregulares	Revisão do Plano Diretor; Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM); Regularização fundiária	Curto e médio prazo (3-5 anos)	Sec. Planejamento Urbano, Câmara Municipal
Mobilidade Urbana	Falta de plano de transporte e vias seguras	Plano Municipal de Mobilidade Urbana (PMMU); Corredores e travessias seguras; Rede de cicloviás e calçadas acessíveis	Médio prazo (5-8 anos)	Sec. de Obras e Transporte, DER-ES
Habitação e Qualidade de Vida	Déficit habitacional; moradias precárias	Programa Municipal de Habitação Adequada; Integração habitacional com serviços públicos	Médio e longo prazo (6-10 anos)	Sec. de Habitação, Assistência Social
Espaços Públicos e Áreas Verdes	Falta de praças e áreas arborizadas	Rede Municipal de Espaços Públicos; Programa de Arborização e Adoção de Áreas Verdes	Longo prazo (8-10 anos)	Sec. Meio Ambiente, Obras, Educação
Patrimônio Cultural e Memória Urbana	Patrimônio desprotegido e invisível	Inventário de bens materiais e imateriais; Requalificação de praças históricas; Rotas culturais	Curto e médio prazo (2-5 anos)	Sec. Cultura, APAIMJA, universidades

4.1.8 Resultados Esperados

Os resultados esperados após a execução integrada das ações tratá os seguintes benefícios estruturais ao município de Jaguaré/ES:

- Ambiente Urbanos substancial trazendo melhorias na infraestrutura básica juntamente com o saneamento ambiental, garantindo a segurança hídrica e sanitária.
- Ordenamento territorial com o controle da expansão e proteção ambiental.
- Maior qualidade na mobilidade urbana a tornando mais acessível, com qualidade e segurança no deslocamento.
- Ampliação de moradia de qualidade e digna para a população.
- Fortalecimento da cultura, identidade social e potencialização do turismo local.
- Consolidação de uma gestão participativa, transparente no desenvolvimento urbano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa relatou que Jaguaré/ES apesar de seu potencial territorial, agrícola e socioeconômico, enfrenta desafios estruturais que comprometem a qualidade de vida da população limitando seu desenvolvimento urbano. A análise do Plano Diretor, os dados institucionais, diagnósticos e as observações de campo evidenciou carências nos aspectos de infraestrutura, saneamento, mobilidade, habitação, ordenamento territorial, espaços públicos, meio ambiente e valorização cultural.

Constando assim que a distância entre as diretrizes legais e aplicação das políticas públicas e urbanas é um dos principais problemas para a consolidação de um modelo de cidade equilibrada. Embora o município disponha de instrumentos importantes, como o Plano Diretor Municipal e programas ambientais e culturais, sua efetividade permanece limitada diante da ausência de planejamento contínuo, fiscalização adequada e integração intersetorial.

Diante desse cenário, o Planejamento Urbano Estratégico proposto nesta pesquisa configura-se como ferramenta essencial para orientar esse desenvolvimento do município, articulando ações estruturais, ambientais, sociais e culturais. As diretrizes elaboradas ao longo do trabalho oferecem caminhos para reorganizar o território, corrigir desigualdades socioespaciais e adequar o crescimento controlado da cidade.

Sendo assim, conclui-se que Jaguaré/ES necessita de um fortalecimento com as governanças ampliando a transparência e integração das políticas públicas, consolidando práticas de planejamento. Apenas com ações estratégicas contínuas e participativas será possível transformar o território municipal, potencializando seus recursos assegurando o bem-estar das atuais e futuras gerações.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado força e discernimento durante toda a minha graduação. Dedico essa conquista aos meus pais João Renato Chagas e Sandra Mara Rissari de Marchi que sempre me fizeram acreditar no meu potencial e nas minhas escolhas, a minha irmã Renata e meu marido João Vitor por todo apoio, carinho e incentivo ao longo dos anos, aos meus familiares, amigos, professores e ao meu orientador, Vinícius, por toda paciência, atenção e dedicação compartilhados ao longo da graduação. E por fim, dedico esse Término de Conclusão de Curso, aos meus avós Maria Auxiliadora e Sebastião, residentes do município de Jaguaré/ES, que me mostraram o verdadeiro significado de casa antes mesmo da faculdade, esses que partiram antes de presenciarem a primeira neta concluir a graduação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.** Estatuto da Cidade. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 21 mar. 2025.

CLARK, G. **The future of cities: the role of strategic planning.** *Future Studies Research Journal*, v. 5, n. 1, p. 3–32, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/MsXMt5TQ35Nc443hRsbmFDw/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

DALLARI, A. A. **Instrumentos da política urbana.** In: DALLARI, A. A.; FERRAZ, S. *Estatuto da cidade: comentários à Lei Federal 10.257/01.* São Paulo: Malheiros, 2003. p. 71–86. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000400014>. Acesso em: 21 mar. 2025.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Déficit habitacional no ES registra mais de 90 mil moradias inadequadas.** Vitória, 2024. Disponível em: <https://www.defensoria.es.def.br>. Acesso em: 17 out. 2025.

DIAS, A. C. J.; SANTOS, J. **Perspectivas do planejamento urbano em pequenas cidades: Rio de Contas (BA).** *Revista GeoUECE*, v. 5, n. 8, p. 53–77, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/6886>. Acesso em: 21 mar. 2025.

DIAS, M. S.; ESTEVES JÚNIOR, M. **O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba.** *Cadernos MetrÓpole*, v. 19, n. 39, p. 635–663, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/2236-9996.2017-3912>. Acesso em: 19 abr. 2025.

FERREIRA, J. S. **Transformações recentes nas metrópoles brasileiras: uma interpretação à luz da teoria do crescimento econômico urbano.** *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 15, p. 25–45, 2013.

FERREIRA, J. S. **Transformações recentes no planejamento urbano no Brasil.** In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. (org.). *As metrópoles e a questão social brasileira.* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 63–98.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÜELL, J. M. **Planejamento estratégico de cidades.** Brasília: ENAP, 1997.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados – Jaguaré. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/jaguare/panorama>. Acesso em: 23 set. 2025.

IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Déficit habitacional no Espírito Santo: texto para discussão nº 3.** Vitória: IJSN, 2009. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br>. Acesso em: 17 out. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Déficit habitacional no Espírito Santo: Relatório Técnico 2023.** Vitória: IJSN, 2023. Disponível em: <https://www.ijsn.es.gov.br/>. Acesso em: 23 set. 2025.

JAGUARÉ. Lei nº 1.744, de 23 de abril de 2024. **Institui o Plano Diretor Municipal de Jaguaré.** Jaguaré: Prefeitura Municipal, 2024. Disponível em:

<https://jaguare.legislacaocompilada.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L17442024.html>. Acesso em: 23 set. 2025.

LIAN, K. K.; GUNAWANSA, A.; BHULLAR, L. **“Eco-cities” and “sustainable cities” whither? Rural and Urban Innovation**, 2013. Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/cgi/viewcontent.cgi?article=1056&context=lien_research. Acesso em: 25 mar. 2025.

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PEREIRA, J. V. I. **Sustentabilidade: diferentes perspectivas, um objetivo comum. Economia Global e Gestão**, v. 14, n. 1, p. 115–126, 2009. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/101353981/v14n1a08-libre.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

PREFEITURA DE JAGUARÉ. **Criação da Associação para Proteção do Patrimônio Imaterial e Material de Jaguaré (Apaimja)**. Jaguaré, 2023. Disponível em: <https://www.jaguare.es.gov.br>. Acesso em: 17 out. 2025.

REDE NOTÍCIA. **Prefeitura de Jaguaré realiza 1ª audiência pública para debater mobilidade urbana**. Jaguaré, 2024. Disponível em: <https://redenoticia.es>. Acesso em: 17 out. 2025.

RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. **Novas perspectivas do planejamento urbano**. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **Gestão urbana e participação cidadã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

ROLNIK, R. **A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país**. Cadernos Ipea: Políticas Sociais, v. 12, p. 199–210, 2006.

SAAE ARACRUZ. **Visita técnica às ETEs de Jaguaré: obras em fase final de implantação**. Aracruz, 2024. Disponível em: <https://saaeara.es.gov.br>. Acesso em: 17 out. 2025.

VILLAÇA, F. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: VILLAÇA, F. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 2004. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002799709>. Acesso em: 21 set. 2025.